

ATA DA 1ª Sessão Ordinária, de 1 de fevereiro de 1999

Às 14 horas, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros BUENO DE SOUZA, CID FLAQUER SCARTEZZINI, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, EDSON VIDIGAL, GARCIA VIEIRA, LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, FONTES DE ALENCAR, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, HÉLIO MOSIMANN, PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES e FELIX FISCHER foi aberta a sessão.

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros WALDEMAR ZVEITER, DEMÓCRITO REINALDO, MILTON LUIZ PEREIRA e VICENTE LEAL.

Licenciado o Excelentíssimo Senhor Ministro WILLIAM PATTERSON, sendo substituído pelo Excelentíssimo Senhor Ministro FELIX FISCHER.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

PALAVRAS

Dando cumprimento ao texto constitucional, esta Corte se reúne, hoje, pela primeira vez no ano. Quero, inicialmente, dar as boas-vindas aos eminentes Colegas, certo de que retornam aos seus trabalhos revigorados após o gozo de merecidas férias, depois de mais um ano em que todos envidaram o máximo dos seus esforços na busca do direito e da justiça.

Estendo esses votos aos Senhores Membros do Ministério Público da União, na pessoa da digna Subprocuradora-Geral da República aqui presente, aos Senhores Advogados e aos diligentes servidores do Superior Tribunal de Justiça, esteio no qual se assenta o dia-a-dia desta Casa, os quais também estão retomando suas funções com as energias renovadas após o recesso judiciário.

Neste ano que se inicia sob perspectivas de muitas mudanças, especialmente pelas reformas constitucionais, redobrada diligência estará sendo exigida de todos e, tenho certeza, os dignos membros desta Corte estarão à altura dos desafios que lhes forem apresentados.

Dando cumprimento ao disposto no art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno desta Corte, tenho a grata satisfação de apresentar-lhes, nesta sessão de abertura do ano judiciário, relatório circunstanciado das atividades e mapas dos julgados concernentes ao exercício de 1998, gestão que esteve sob a égide do Ministro Américo Luz até o dia 20 de fevereiro.

Ao suceder ao eminente Ministro, a quem registro o reconhecimento do

Superior Tribunal de Justiça pelo profícuo trabalho, trazia eu um programa que poderia ser traduzido nestas linhas gerais de ação: contribuir, com os outros Poderes, para o aprimoramento do texto constitucional e da legislação processual vigente; procurar maior adequação do sistema judiciário hoje existente, com vistas a criar uma cultura de modernização contínua da atividade judicante; propiciar uma Justiça célere, acessível, presente e democrática; e garantir melhor qualidade na prestação dos serviços.

Não há negar que foram dez meses de lutas renhidas e combates ingentes, todavia, fazendo uma retrospectiva, é possível constatar um saldo positivo de realizações, a par da certeza de que tais metas, em parte já concretizadas, serão, com a ajuda de Deus, alcançadas, em nível satisfatório, até o final desta administração.

É alvissareiro assinalar que o Tribunal cumpriu a sua missão constitucional de zelar pela inteireza positiva, autoridade e uniformização interpretativa do Direito federal, apreciando matérias de magno interesse nacional e de grande importância para os cidadãos, com destacada repercussão na mídia, sobressaindo as relativas a privatizações, concessões de telefonia celular, definição de índices, interesse do consumidor e resguardo do patrimônio e liberdade das pessoas.

Sem dúvida, para que o período tenha sido concluído com boas perspectivas e esperança de dias melhores, foi imprescindível o irrestrito apoio dos insignes Pares, aos quais reitero o meu apreço, ressaltando o labor denodado e eficiente em prol da Justiça brasileira.

Passo a expor, a seguir, resumo dos trabalhos levados a efeito em 1998.

No desempenho da sua função regimental e objetivando a consecução das metas propostas, o Presidente representou o Tribunal perante os outros Poderes, quer acompanhando, nas Casas do Congresso Nacional, a tramitação de projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição do interesse desta Corte e do Judiciário em geral, quer recebendo em audiência membros do Executivo e do Legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, assim como do próprio Judiciário, tais como: Ministros de Estado, Membros do Ministério Público, Senadores, Deputados e Magistrados de todo o Brasil. Em contrapartida, foi recebido pelos Excelentíssimos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Justiça e pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior do Trabalho. Convém mencionar, entre tantas conquistas nesse plano, decorrentes,

em parte, do empenho da Assessoria de Articulação Parlamentar, uma de grande significação. Atento às suas responsabilidades no que concerne à Justiça Federal, este Tribunal teve a iniciativa, juntamente com outros Tribunais Superiores, de apresentar projeto de lei, já aprovado pelo Congresso Nacional, daí advindo a Lei nº 9.655, de 2 de junho de 1998, a qual regulamentou a remuneração dos Juízes Federais. A sua implementação, é bem verdade, está suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal. No que se refere à matéria, porém, esta Corte não pode ser acusada de omissão, porquanto, nos limites das suas atribuições, cumpriu com o seu dever.

Na mesma esfera, sobressai uma vitória auspiciosa: foi sancionada, em dezembro, a Lei nº 9.756, oriunda de sugestões oferecidas por esta Corte de Justiça e encampada pelo Executivo, a qual prevê o recurso especial retido, quando manifestado de decisão interlocutória, e estabelece outras medidas voltadas para a desburocratização dos feitos, carreando, assim, a presteza do processo nos Tribunais Superiores e, também, nos Tribunais de Apelação. Isso representa um expressivo passo quanto à redução do número de causas que aqui adentram e quanto ao aprimoramento da função judicante.

Outro exemplo prático da colaboração entre os Poderes é o Projeto de Lei nº 4.569, de 1998, proveniente do Plenário deste Tribunal, que propõe a criação de cem novas Varas Federais especializadas em execuções fiscais e causas tributárias - são Varas compactas, leves e flexíveis, que, além do Juiz, terão reduzido número de servidores, sem prejuízo da eficiência que delas se espera. Em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei foi incluído entre as matérias objeto de apreciação da convocação extraordinária de janeiro de 1999, em regime de urgência, aprovado por unanimidade, na Câmara e no Senado, tendo sido encaminhado à sanção do Presidente da República.

Consoante se infere da amostragem, a laboriosa atuação junto aos demais Poderes, visando ao entendimento mútuo, redundou em expressivos benefícios em prol da maior eficiência da atividade judicante e contribuiu para impulsionar a consecução dos objetivos desta administração.

Sólido relacionamento foi estabelecido, também, com autoridades estrangeiras, evidenciado pela concessão de audiência ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, a um Juiz do Tribunal Constitucional da Espanha, a uma delegação de autoridades do Judiciário francês, a numerosos Embaixadores, ao Procurador-Geral do Reino-Unido e ao Presidente da Comissão Judiciária do Estado da

Louisiana.

Merece referência a viagem do Presidente à Europa, ocorrida em setembro, durante a qual esteve em Portugal, na cidade do Porto, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros, para participar do 41º Encontro Anual da União Internacional de Magistrados, seguindo para a Polônia e para a Rússia, a convite das respectivas Supremas Cortes de Justiça. Além dessas, a delegação visitou as principais Cortes sediadas em Varsóvia, Cracóvia, São Petersburgo e Moscou.

De igual modo, intentando aumentar o grau de conagração não só com os Poderes, mas com setores significativos da sociedade e do mundo jurídico, o Presidente apoiou a realização de simpósios nacionais e internacionais, neles tomando parte por meio de palestras e debates sobre temas de grande importância, como Mercosul, reforma do Judiciário, Direito Ambiental, Direito Constitucional, arbitragem, valores mobiliários e lavagem de dinheiro. Distingue-se a sua participação nos Encontros do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizados em diversos Estados.

Em todos os momentos, prestimosa foi a ação da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, sob a chefia do Dr. Ramsés Bahury de Souza Ramos, de saudosa memória, sempre presente, estabelecendo os contatos, organizando os eventos e recepcionando tanto as autoridades nacionais e estrangeiras, como os visitantes, numa postura de total apoio à Presidência.

No afã de emprestar modernidade e agilização às atividades, com o alvo maior de oferecer uma prestação jurisdicional condizente com a filosofia institucional e com os anseios da sociedade, a Presidência diligenciou várias providências. Destaca-se a implantação da nova estrutura orgânica, que promoveu, entre outros benefícios, a transformação das funções comissionadas, para atender às necessidades da nova estrutura, dotando de mais um assessor cada gabinete de Ministro e de diversas funções a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e a de Informática, tudo sem acréscimo de gasto com pessoal. Ademais, promoveu a transferência de subordinação dos segmentos de apoio aos órgãos julgadores, os quais passaram a reportar-se diretamente aos seus Presidentes. Outras providências foram a ampliação da área física dos aludidos gabinetes, dando aos Senhores Ministros melhores condições de trabalho, e o aparelhamento das diversas unidades com modernos computadores e impressoras. Os resultados dessa visão refletem-se no elevado número de feitos julgados, como se depreende das estatísticas a seguir, a despeito de

ter a composição apresentado lacunas devido à aposentadoria dos Ministros Américo Luz, José Dantas, Adhemar Maciel e Anselmo Santiago, e ao licenciamento do Ministro William Patterson para tratamento da saúde.

Segundo os dados oficiais, dos 99.695 processos autuados, foram distribuídos 92.107 e julgados 85.694, remanescendo, apenas, 6.413, isto é, 6,96%. Computando-se 10.591 agravos regimentais e 5.182 embargos de declaração, o Tribunal proferiu 101.467 julgamentos, o que constitui uma média, por relator, de 3.622,52 feitos, superior à de 1997 (3.580,84). Constam, ainda, 99 suspensões de segurança apreciadas pela Presidência e 2.372 despachos por ela proferidos no âmbito da Secretaria Judiciária, além de 4.831 decisões em recursos extraordinários e 3.843 despachos diversos do Ministro Vice-Presidente.

Não obstante o esforço hercúleo dos órgãos julgadores, comprovado, também, pelas 426 sessões realizadas e pelos 48.302 acórdãos publicados, restam pendentes de julgamento, afora os 6.413 processos de 1998, 40.789 de anos anteriores, aí incluídos 6.045 com vista ao Ministério Público. O número total de remanescentes representa cerca de 10% das causas recebidas pelo Tribunal desde a sua criação, ou, em termos práticos, o trabalho da Corte durante um semestre. Em outras palavras, o Tribunal vem cumprindo com eficiência a sua missão constitucional.

É relevante, de igual modo, no bojo das iniciativas de modernização e melhoria da atividade judicante, o louvável trabalho da Comissão de Jurisprudência. Por diligência do Ministro Eduardo Ribeiro, seu Presidente, foi lançado o periódico semanal Informativo de Jurisprudência do STJ, já na Internet, publicação oficiosa que registra notícias sobre a nossa jurisprudência, embasadas em decisões ainda não divulgadas oficialmente, colhidas, durante a semana, das sessões de julgamento.

Um aspecto promissor da gestão foi o avanço no processo de consolidação da imagem do Tribunal perante a opinião pública. Na verdade, os repositórios mostram que a mídia divulgou amplamente as decisões da Corte, sendo favoráveis, na grande maioria, as notícias a ela referentes. Muito contribuiu para esse desfecho a postura deste Colegiado, aliada ao proficiente desempenho da Assessoria de Imprensa, que, a par de numerosas realizações, viabilizou entrevistas da Presidência e dos Senhores Ministros com variados órgãos da imprensa falada, escrita e televisiva.

É auspicioso assinalar que hoje, conforme recente pesquisa do Vox Populi promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, dos

três Poderes da República, o Judiciário é o que inspira maior confiança no povo. Já não é o terceiro, como se fosse o menor e mais frágil deles, mas um baluarte forte do Estado - conceituado, presente, atuante, envolvido com a problemática social, em parceria de igualdade com os outros dois.

O Tribunal, com o fito de intensificar a presteza e a qualidade dos seus serviços, promoveu a modernização dos diversos setores, mormente os que dão suporte à sua atividade-fim.

A propósito, com a publicação do Ato nº 185/STJ, de 12/5/1998, substanciais alterações ocorreram no funcionamento da Secretaria de Controle Interno, traduzidas em significativa melhoria dos trabalhos. Assim, a sua atuação, de corretiva que era, tornou-se eminentemente preventiva, ensejando a detecção de falhas, a serem supridas antes da consumação dos atos de gestão administrativa.

Em estrita comunhão com a filosofia institucional, a Secretaria do Tribunal, sob a competente direção do Dr. Miguel Augusto Fonseca de Campos, voltada, sempre, para o integral alcance dos alvos previstos, envidou esforços para, por intermédio das unidades que a compõem, cumprir as suas atribuições, e isso fez com uma política de intensificação e aperfeiçoamento das ações; modernização dos métodos de trabalho; busca da economia e do aumento da produtividade; capacitação profissional e elevação do nível de qualidade dos serviços.

Nesse contexto, é de se notar o considerável avanço no campo da informática, como se vê da breve exemplificação.

A Secretaria Judiciária, em parceria com a de Informática, implantou o Diário da Justiça eletrônico, ou seja, os despachos e decisões a serem publicados pela Imprensa Nacional passaram a ser encaminhados pela Internet, procedimento que gerou grande economia de tempo e recursos, além de propiciar a sua disponibilização constante.

Outrossim foi instalado, recentemente, em solenidade ocorrida na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, o sistema STJ/Push, o qual possibilita aos usuários, no Brasil e no exterior, acompanhar o andamento dos processos em tramitação, bastando cadastrar seu e-mail no site do Tribunal. Ademais, o acesso às informações já oferecidas via Internet tornou-se muito mais ágil, mercê da nova conexão dos nossos computadores à rede mundial. Outro passo relevante consiste no incremento da base de imagens, que tornou disponível, para consulta e impressão, cerca de 1,5 milhão de páginas com o inteiro teor dos acórdãos aqui lavrados.

Na área financeira, também houve resultados gratificantes. É digno de nota que, em decorrência do esforço conjunto de todos os

segmentos, envolvendo renegociação de contratos, alternativas técnicas de execução de projetos de engenharia, mecanismos direcionados para a baixa do consumo de energia e aplicação de critérios com vistas à redução de preço das contratações de grande vulto, notadamente as que abrangem emprego de mão-de-obra, apurou-se uma economia de R\$ 3,5 milhões. Economizou-se, ainda, com a atualização da frota de veículos, em uso há mais de 10 anos, que acarretava elevado custo de manutenção e consumo, o que se fez observando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Especial atenção conferiu-se aos recursos humanos. Como ponto de partida, foi desativado o sistema terceirizado, antes responsável pela elaboração do cadastro e da folha de pagamento, implantando-se, no seu lugar, um novo e completo sistema de administração de recursos humanos, desenvolvido, inteiramente, pelos técnicos do Tribunal, por meio do qual os diversos setores da área passaram a dispor de módulos próprios, com todas as informações sobre a vida funcional, constantemente atualizadas e integradas.

Em decorrência da Lei nº 9.421/96, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, foi baixado o Ato nº 487/98, regulamentando o enquadramento dos funcionários desta Corte nos novos cargos, por área de atividade e especialidade. Essa medida possibilita melhor aproveitamento dos recursos humanos nas diversas unidades, compatibilizando o perfil do servidor com as atividades desenvolvidas, bem como ensejando flexibilidade na sua movimentação.

Com o objetivo de dotar a área-fim e a de apoio especializado, como saúde e informática, de maior número de cargos, devido ao crescente volume de trabalho e ao desenho da nova estrutura orgânica, foram transformados cargos vagos de outras áreas menos necessitadas, ajustando-se o Quadro de Pessoal à nova realidade dos serviços. Paralelamente à implantação definitiva do Plano de Carreira, foram apreciados quase todos os processos administrativos de exercícios anteriores envolvendo direitos e vantagens dos servidores, há muito pendentes de solução, pondo-se em dia, quando devido, o pagamento dos atrasados, sempre em conformidade com as disponibilidades orçamentárias.

Promoveram-se, ainda, a implementação de projetos e a realização de cursos de desenvolvimento gerencial e outros mais, todos visando à capacitação profissional e à valorização pessoal. Sem deslustrar os demais, vale ressaltar o Curso de Administração Judiciária, em nível de pós-graduação, que formou a sua segunda turma, de 27 participantes. Contudo o processo de busca da excelência não se limitou a essa esfera; extrapolou as expectativas de refinamento do

corpo funcional com a instituição da videoteca jurídica, a qual permite aos servidores constante reciclagem dos conhecimentos sobre Direito. Sobressaem, de igual modo, a continuidade do programa de escolaridade supletiva para os funcionários e a oportunidade concedida a estudantes das redes oficial e particular de aplicarem, como estagiários contratados, os conhecimentos adquiridos na escola. Por outro lado, não descuro o Tribunal da saúde dos que aqui labutam, como se infere das medidas adotadas para a sua reestruturação orgânica. Dois fatores foram preponderantes no desenvolvimento das ações concernentes à assistência médico-odontológica: a convicção de que é importante oferecer condições de bem-estar físico e mental aos servidores, para que sejam saudáveis e possam exercer com mais eficiência as suas funções e a premência de compensar a redução gradual registrada, a cada ano, no orçamento do Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal (Pró-Ser).

Assim, optou pela implantação de uma nova estrutura na Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, o que permitiu ampliar o atendimento ambulatorial nos seus consultórios, restringindo o serviço de terceiros a consultas especializadas, exames laboratoriais e casos de internação. Dessarte, o atendimento, nas dependências da própria Secretaria, dos casos que dispensam equipamentos sofisticados possibilita a economia dos recursos daquele Programa, que estão sendo reservados para as situações mais graves.

Movido, ainda, pela visão de que, no âmbito da saúde, é preferível prevenir a remediar, especial cuidado dispensou o Tribunal à medicina preventiva com o desenvolvimento de três programas voltados para dependência química, estresse do dia-a-dia e problemas causados por esforço repetitivo ou má postura, e com a realização da Semana da Saúde, durante a qual houve medição de níveis de colesterol, glicose e pressão arterial, com posterior encaminhamento para consulta, quando necessário. Mantendo o caráter preventivo, vacinou contra gripe os servidores e Magistrados com mais de cinquenta anos. Não se pode olvidar que muito do êxito obtido deve-se ao primoroso trabalho do Pró-Ser, unidade dirigida pelo Ministro Peçanha Martins em cooperação com a Presidência.

Além dos aspectos mencionados, buscou-se a humanização do ambiente de trabalho, porfiando por torná-lo uma extensão da família, visão coroada pela construção do Lactário, com capacidade para 40 crianças, pela outorga da Medalha de Mérito do Servidor Judiciário aos 69 servidores mais votados e pela confraternização natalina. Cumpre realçar, no último tópico, o emocionante quadro, repleto de

esperança de dias melhores, que se contemplou no Tribunal: os Ministros e mais de dois mil servidores de todos os níveis hierárquicos reunidos em ambiente humano, fraterno e alegre, num mesmo espírito, celebrando a festa máxima da cristandade.

Por último, foi elaborado e aprovado, estando em fase de implantação, o novo Plano de Segurança do Tribunal, cuja ênfase é o aprimoramento do controle de acesso, compreendendo a construção de portarias externas, instalação de equipamentos inteligentes e estações de segurança dotadas de alarme, ampliação e modernização do circuito fechado de televisão, utilização de aparelhos de Raio-X e detectores de metais no prédio dos Órgãos julgadores, bem como o emprego daqueles na triagem da correspondência.

Ao concluir este relato, reitero o que tenho asseverado em outras ocasiões: o Estado está em crise, e a sua atuação, em dissonância com o que dele esperam os cidadãos, em função de quem se processa a sua existência. A desestruturação da previdência social e a constante alteração da política econômica, tributária e, também, de pessoal ocasionam um incomensurável número de causas a abarrotar os Juízos e Tribunais. De outra parte, a legislação é promulgada e modificada a todo momento, trazendo insegurança jurídica e dificultando a tarefa do Judiciário. Em suma, os entes públicos não funcionam a contento em benefício da coletividade e têm-se esquecido da sua finalidade precípua, qual seja, a de realizar o bem comum e, em decorrência, ajudar a população a alcançar a sua grande aspiração: efetivar o sonho de ser feliz.

Inserido nesse contexto marcado pela instabilidade, empenhou-se, com denodo, o Superior Tribunal de Justiça, no decorrer de 1998, em prol da mudança do cenário nacional. E, como se infere da exposição feita, passos substanciais foram dados nesse sentido, ao atingir parte das metas propostas para o biênio, o que se deve à filosofia institucional, à política de trabalho adotada e à cooperação incondicional dos Pares, assim como ao nível profissional e abnegação do contingente de servidores.

Dessarte, imbuído da certeza de que, no ano que se inicia, mais ingente será o esforço desta Corte para continuar obtendo expressivos resultados, sempre no intento de alcançar cabalmente tais propósitos, externo a todos os meus agradecimentos.

Srs. Ministros, esse é um resumo do relatório e depois será distribuído um livro em que esses dados serão desenvolvidos mais detalhadamente.

Comunico ao Tribunal que, neste ano, a Corte completa dez anos. Pretendemos promover alguns eventos e uma sessão solene para

comemorá-los, pois é uma data realmente significativa. A Corte, institucionalizada pela Constituição, em termos de opinião pública, cada vez mais, impõe-se perante a coletividade à qual destina os seus serviços.

Vou instituir uma comissão encarregada de estudar o tema e propor à Presidência providências com o objetivo de comemorar os dez anos da Corte. Baixarei uma portaria pela qual designarei os Srs. Ministros Costa Leite, Sálvio de Figueiredo, Hélio Mosimann, Cesar Asfor Rocha e Ari Pargendler.

Vou, ainda, designar uma comissão para sugerir uma resolução, a ser, posteriormente, submetida ao Plenário, acerca da aplicação da Lei nº 9.756, de 18 de dezembro do ano passado, a qual criou o recurso especial retido. Essa lei gerou uma série de indagações de alguns Tribunais, e deveremos, preferencialmente, se assim entender o Plenário, baixar uma resolução. Isso evitará que muitos processos subam para ser, imediatamente, devolvidos, com grande perda de tempo e com uma dilação desnecessária da entrega da prestação jurisdicional. Indicarei Ministros ligados à área de processo.

Ministros Eduardo Ribeiro, Sálvio de Figueiredo e Fontes de Alencar, pediria que Vossas Excelências me ajudassem nessa tarefa de preparar uma minuta de resolução para depois distribuímos e submetermos ao Plenário da Corte.

J U L G A M E N T O S

Encerrou-se a sessão às 16:30 horas, tendo sido julgados 13 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 1 de fevereiro de 1999

MINISTRO ANTÔNIO DE PADUA RIBEIRO
PRESIDENTE DA SESSÃO

Bela. ROSÂNGELA SILVA
SECRETÁRIA